



# *Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon*

## *Estado do Paraná*

**INDICAÇÃO Nº 233/2019**

Data: 17 de junho de 2019

**Ementa:** sugere ao Executivo Municipal, através do setor competente, que tome as medidas administrativas e legais, inclusive com a apresentação do respectivo Projeto de Lei Ordinária, visando criar um programa de isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano para pessoas portadoras de câncer e diversas outras doenças graves incapacitantes, ou seus responsáveis legais.

Senhor Presidente,

Requer seja, após deliberação do Plenário, encaminhada cópia do presente ao Senhor Prefeito, apresentando a sugestão para que o mesmo, através do setor competente, tome as medidas administrativas e legais, inclusive com a apresentação do respectivo Projeto de Lei Ordinária, visando criar um programa de isenção do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano para pessoas portadoras de câncer e diversas outras doenças graves incapacitantes, ou seus responsáveis legais.

A legislação brasileira em vigor concede aos portadores de determinadas doenças graves, como o câncer, dentre outras de natureza incapacitante, o direito à isenção de diversos tributos, como o Imposto de Renda (IRPF), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e também o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Além disso, o ordenamento jurídico pátrio prevê também que estes pacientes, em determinadas situações, podem ainda solicitar a liberação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do PIS/PASEP para utilizar no tratamento de doenças crônicas e degenerativas.

Referidos benefícios são justos e atendem a finalidade social da administração pública, tendo em vista que os portadores de doenças graves comumente ficam impedidos de laborar para prover o próprio sustento e também de suas famílias, recebendo, no máximo, auxílios previdenciários que por vezes sequer cobrem as despesas médicas, hospitalares e farmacêuticas, gerando, assim, um estado de hipossuficiência que se traduz numa diminuição drástica da dignidade e da qualidade de vida.

Seguindo nesta mesma linha e sensibilizados com a causa, diversos Municípios brasileiros têm inovado ao instituir programas próprios de isenção também do IPTU para essas pessoas, o que as auxilia na diminuição dos custos e permite que tenham maiores condições de arcar com os ônus das moléstias que infelizmente possuem. Cada legislação em específico tem abrangido as doenças





## *Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon* *Estado do Paraná*

as quais seus portadores possuem o direito à isenção, mas normalmente são elas aquelas elencadas na Portaria Interministerial MPAS/MS nº 2.998/2001, como a tuberculose ativa, hanseníase, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, nefropatia grave, AIDS/HIV, neoplasia maligna (câncer), dentre outras. Algumas patologias de natureza mental, como o autismo e a Síndrome de Down, também são incluídas nesta listagem em determinados Municípios.

Assim, a iniciativa de estender os direitos dos portadores de algumas doenças graves à isenção também de um tributo municipal, no caso o IPTU, representará um avanço na busca por mais justiça social e qualidade de vida para os rondonenses, sendo imperioso lembrar que o Poder Público tem o dever de prestar auxílio para amenizar as dificuldades daqueles que mais precisam – especialmente em relação aos que se encontram com sua saúde fragilizada – através da promoção de políticas econômicas e sociais que lhes garantam um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal.

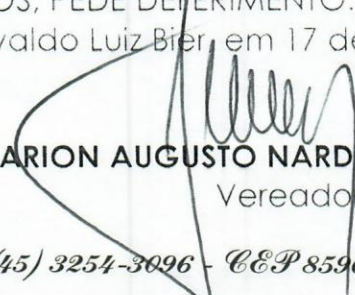
Por evidente, referido programa deverá ser composto por diversas regras e requisitos em específico, como a comprovação de baixa renda pelo portador da moléstia ou seu responsável legal, a demonstração de que o imóvel objeto do pedido de isenção é o único de propriedade da pessoa, além da comprovação da própria doença e sua natureza gravosa, através de laudo médico, com o que o benefício abrangerá apenas as pessoas que realmente necessitam deste apoio por parte do Poder Público Municipal.

Importante destacar que, “a priori”, a apresentação de um Projeto de Lei Ordinária visando a implementação da pretendida isenção é de iniciativa exclusiva do Chefe do Executivo, possuindo vício insanável e, portanto, sendo aparentemente inconstitucional, a sua apresentação por membros desta Casa de Leis, motivo pelo qual este Vereador fica impedido de dar gênese ao programa, lhe cabendo apenas e tão somente sugerir a sua implementação através da presente proposição.

Diante do exposto, requer-se o atendimento desta Indicação, a qual muito contribuirá para o bem da nossa população, especialmente para as famílias rondonenses que, além da fragilidade física e emocional que enfrentam em decorrência de doenças graves, acabam também sofrendo dificuldades financeiras, gerando assim uma evidente diminuição na qualidade de vida e uma redução abrupta da dignidade da pessoa humana.

NESTES TERMOS, PEDE DEFERIMENTO.

Plenário Ariovaldo Luiz Bier, em 17 de junho de 2019.

  
**ARION AUGUSTO NARDELLO NASIHGIL**  
Vereador